

# CENSURA, PARA QUEM?

As decisões do Conselho da Revolução sobre as limitações do direito de informação, extremamente drásticas e duras, não podem deixar de merecer veemente protesto da parte de um jornal que sempre procurou evitar especulações e publicar somente notícias confirmadas e esclarecedoras da opinião pública.

Durante meses, o Povo Português foi intoxicado, a vários níveis, por uma descarada campanha divisionista contra o M.F.A., campanha essa que acabou por dar os frutos pretendidos. Alguns jornais, entre os quais o «D.L.», foram alvo dos mesmos ataques e calúnias, porque se recusaram a esse jogo e procuraram defender a unidade das forças progressistas — civis e militares.

Nenhumas medidas foram tomadas contra essa campanha desagregadora, e sucedeu mesmo que alguns oficiais membros do Conselho da Revolução vieram criticar em termos violentos um projecto de decreto-lei que eles próprios haviam sancionado enquanto conselheiros. Agora, que os problemas militares se confundem cada vez mais com os políticos e é preciso clarificar as posições e o ambiente denso do País, o C. S. R. impôs medidas que, em última análise, calam a voz a sectores militares dos mais empenhados na Revolução e que, por razões das alterações ultimamente verificadas, sofreram consequências que as forças políticas de esquerda não podem admitir. E nenhuma medida foi até agora imposta contra posições reaccionárias que ninguém ignora.

Cada vez se torna mais claro que a revolução socialista passa pelos quartéis. Umhas forças tradicionais podem ser o suicídio da Revolução e das aspirações populares mais legítimas. A democraticidade da vida militar até à criação de umas Forças Armadas Revolucionárias é, por outro lado, a certeza de que a Revolução triunfará. Essa democraticidade exige contestação, exige discussão dialéctica, exige uma salutar troca de ideias permanente entre o poder militar, desde a base, e o poder civil, desde o povo.

A instauração de regras censórias violentas daquelas que o C. S. R. agora tomou surgem, quanto a nós, como um perigosíssimo atentado a essa política, porque nem sequer separam o trigo do joio. E, aos olhos espantados do Povo Português, elas só podem ser interpretadas como uma tentativa de calar a voz não só a autores de atitudes mais ou menos levianas, mas, sobretudo, a militares patriotas e revolucionários que nas últimas semanas têm sido sucessivamente afastados dos lugares onde melhor podem cumprir a sua missão.

E não podemos deixar de lembrar que os acontecimentos mais graves ultimamente verificados, ao nível de divisão das Forças Armadas, foram iniciativa de militares responsáveis que, para isso, se serviram livremente dos órgãos de comunicação social — antes de discutirem documentos importantes na esfera da respectiva hierarquia.

Temos de nos entender: confirmar notícias junto de quem as pode confirmar, é uma coisa. Proibir notícias só tem um nome: censura. Palavra que tem dado lugar a tantas especulações, incluindo protestos daqueles que agora a aprovaram.